

**Bol. Geral nº 046, de 08 Mar 95.**

**NORMATIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS REALATIVOS A  
DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO AOS CADETES, CABOS E SOLDADOS BM -  
PORTARIA –**

**PORTARIA Nº 009, DE 08 DE MARÇO DE 1995.**

Normatiza os procedimentos relativos a distribuição de fardamento aos Cadetes, Cabos e Soldados, e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DO CBMDF, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 47 do Decreto nº 16.036, de 04 Nov 94 e considerando o que consta no Art.87 da Lei nº 5.906, de 23 Jun. 73,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Normatizar os procedimentos relativos a distribuição e indenização de fardamento aos Cadetes, Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**Art. 2º** - Fazem jus ao uniforme, conforme constar da tabela de fardamento a ser elaborado pelo órgão Logístico da Corporação, o Cadetre, o Cabo e o Soldado Bombeiro Militar.

**Art. 3º** - Quando o fardamento não for fornecido pela Corporação, os Bombeiros-Militares de que trata o artigo anterior, serão indenizados pelo valor real da aquisição, até o limite de duas vezes o Soldo de Cabo BM por ano civil.

**Art. 4º** - Serão fornecidos pela Corporação, ou indenizados os Bombeiros-Militares pelo valor real de aquisição, independente do Posto ou Graduação, os uniformes especiais de uso específico em unidade especializada e os uniformes especiais de uso específico pelos Alunos-oficiais da Academia de Bombeiro Militar.

**Art. 5º** - Ao término do período base do Curso de Formação de Oficiais e Curso de Formação de Soldados, os alunos receberão o fardamento de uso comum, ou serão indenizados na forma do Art. 3º, sendo esta indenização válida por conta do ano civil em andamento.

**Art. 6º** - Para efeito de fornecimento do fardamento aos Cabos e Soldados durante o ano civil, ou a indenização, será considerado o algarismo final. Do número de matrícula correspondente aos meses de janeiro à novembro.

**Art. 7º** - O fornecimento do fardamento de uso comum aos alunos-oficiais, ou a respectiva indenização, processar-se-á para o 2º (segundo) ano letivo no mês de janeiro e para o 3º (terceiro) ano letivo no mês de fevereiro, independente do número de matrícula.

**Art. 8º** - O Cadete, o Cabo, ou o Soldado licenciado ou excluído da Corporação, restituirá o fardamento recebido na forma da presente Portaria, indenizando-o em caso de não devolução na razão de 1/12 (um doze avos) por meês que restar até a data no novo vencimento.

**Art. 9º** - A indenização de que trata o Art. 3º poderá ser concedida sem comprovação, nos limites estabelecidos, devendo a unidade a que pertencer o Bombeiro-Militar fiscalizar o fardamento adquirido em função da padronização, qualidade e estado de conservação, exigidos para a boa apresentação individual, fazendo o lançamento próprio na ficha individualde fardameno respectiva.

**Art. 10** – A indenização constante do Ar. 4º será concedida mediante requerimento do Bombeiro-Militar ao Diretor de Pessoal, constando em anexo o comprovante da despesa efetivamente realizada, desde que esteja compatível com os preços praticados pelo mercado à época de aquisição, conforme atestado pelo comandante imediato do requerente, exceto aos alunos-oficiais da ABM.

**Art. 11** – A indenização para aquisição dos uniformes especias, devida aos alunos-oficiasi será realizada por requisição do Comandante da Academia de Bomeiro-Mlitar, dirigida ao Diretor de Pessoal, fazendo anexar a relação dos alunos e respectivas matrículas, três orçamentos prévios conendo a descrição das peças de fardamento a serem fornecidas, preço unitário, quantidade, preço total, vlidae não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias e número da Agência e conta corrente do fornecedor no Banco de Brasília S/ª

**Art. 12** – O pagamento da peças de fardamento a que se refere o artigoa anterior, será realizado mediante consignação em folha de pagamento a favor do fornecedor que apresentar menor preço, obedecidps os princípios de qualidade e padronização exigidos para a boa apresentação do aluno-oficial, conforme parecer da Diretoria de Ensino e Instrução.

**Art. 13** – A presente Portaria entra em vigor, na data de sua publicação com efeitos vigentes a partir de 01 de janeiro de 1995, devendo os órgãos envolvidos adequarem as rotinas administrativas aso procedimentos normativos.

**Art. 14** – Revogam-se as disposições em contrário  
Brasília DF, 08 de março de 1995.

JOSÉ RAJÃO FILHO - CORONEL QOBM/Comb.  
COMANDANTE GERAL